

SUMÁRIO

Siglas e Abreviaturas	21
Introdução	25

1

As garantias da Magistratura nas Constituições do Brasil	27
1. A Constituição Imperial de 1824 e o Desembarque de Serinhaem.....	27
2. A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891 à luz dos postulados das Revoluções Francesa e Americana	32
3. A efêmera Constituição Federal de 1934	32
4. A Constituição Federal de 1937 e o matiz autoritário.....	33
5. O fortalecimento do Poder Judiciário na Constituição Federal de 1946	34
6. A Constituição Federal de 1967 e a posterior suspensão das garantias	35
7. A dogmática da Constituição Federal de 1988	36
7.1. Diferença deontológica entre garantias e prerrogativas da Magistratura	36
7.2. Vitaliciedade.....	45
7.3. Inamovibilidade e a remoção de juiz substituto.....	45
7.4. Irredutibilidade dos vencimentos.....	47

2

Particularidades decorrentes do Regime Jurídico da Magistratura.....	49
1. Independência funcional e o solipsismo.....	49
1.1. As balizas primárias.....	49
1.2. Vantagens, presentes, doações e prêmios.....	52
2. Reflexões filosóficas sobre a multiplicidade de atribuições e o misoneseísmo	56
2.1. Funções inerentes e proatividade.....	56
2.2. Raízes mitológicas e literárias.....	66
3. Magistratura e magistério	71
3.1. Compatibilidade de horários, cumulação e remuneração	71
3.2. Palestras e conferências.....	76
3.3. <i>Coaching</i> jurídico	78
3.4. Bancas de concursos e comissões de juristas	82
4. Exercício de atividade empresarial.....	83
5. Direito fundamental à liberdade de pensamento e manifestação de opinião	85
5.1. Opinião sobre processos pendentes ou juízo depreciativo sobre decisões.....	86
5.2. Utilização de redes sociais: sistema de prerrogativas e restrições	91
5.3. Atividade político-partidária: dedicação e manifestação.....	106
6. Autorização para residir fora da comarca	111
6.1. Hipóteses clássicas	111
6.2. Providências práticas	114
6.3. Revisitação do dever funcional.....	116
6.4. Magistrados com deficiência, necessidades especiais ou doenças graves.....	120
7. Afastamento para cursos de aperfeiçoamento profissional	126

3

Principais deveres dos magistrados e suas implicações..... 135

1. Imparcialidade.....	135
2. Cumprimento dos prazos processuais e o tempo de tolerância.....	140
3. Urbanidade.....	142
4. Atendimento.....	145
5. Assiduidade.....	149
6. Fiscalização sobre os serviços prestados.....	153
7. Integridade.....	153

4

A responsabilidade dos magistrados pelos atos praticados..... 155

1. A responsabilidade pessoal por atos jurisdicionais.....	155
2. A normatização da responsabilidade funcional dos magistrados.....	158
2.1. Principais fontes.....	158
2.2. É possível punir com base no Código de Ética da Magistratura?.....	160
2.3. Uniformização dos procedimentos disciplinares.....	162
3. Independência das instâncias penal, civil e administrativa.....	164
4. O abuso de autoridade e o poder judiciário.....	171
4.1. Considerações iniciais sobre o termo “abuso”.....	171
4.2. A Lei nº 4.898/1965 rotulada de autoritária.....	173
4.2.1. A desconstrução da interpretação heurística do histórico da lei....	173
4.2.2. Rememorando os principais aspectos práticos.....	176
4.3. A superveniência da Lei nº 13.869/2019.....	177
4.3.1. Motivos para análise da lei revogada.....	177
4.3.2. Passo a passo da tramitação.....	178
4.3.3. A proteção dos bens jurídicos tutelados na esfera internacional...	187
4.3.4. Sujeito ativo: magistrados.....	189
4.3.5. O elemento subjetivo especial do tipo: a pedra de toque.....	193
4.3.6. Rui Barbosa e o crime de hermenêutica.....	195
4.3.7. A ação penal.....	201
4.3.8. Os efeitos da sentença penal condenatória.....	206
4.4. Tipos penais destinados exclusivamente aos membros do Poder Judiciário ...	209
4.4.1. A divisão dos tipos penais conforme o sujeito ativo.....	209
4.4.2. Medidas de restrição de liberdade (art. 9º, parágrafo único).....	213
4.4.3. Condução Coercitiva (art. 10).....	216
4.4.4. Providências relativas à prisão (art. 19, parágrafo único).....	221
4.4.5. Decretação de indisponibilidade de ativos financeiros (art. 36).....	224
4.4.6. Interceptação telefônica (art. 10, parágrafo único, da Lei nº 9.296/1996).....	226
4.5. Os reflexos da Lei de Abuso de Autoridade no processo administrativo disciplinar.....	228
4.5.1. Migração de instâncias jurídicas.....	228
4.5.2. Compilação dos principais reflexos.....	231
4.5.3. Como ficam os órgãos de fiscalização.....	232

5

Conselho Nacional de Justiça..... 235

1. A relevância do Conselho Nacional de Justiça.....	235
2. Competência.....	238

2.1.	Supremo Tribunal Federal <i>versus</i> Justiça Federal	238
2.2.	Conselho Nacional de Justiça <i>versus</i> Corregedorias-Gerais	240
3.	Prazo para o CNJ rever processos disciplinares.....	242
3.1.	Revisão disciplinar de ofício	242
3.2.	Revisão disciplinar mediante provocação	245
4.	Comunicação entre o CNJ e os magistrados	247
5.	A autonomia administrativa dos Tribunais	248
6.	Tramitação eletrônica dos procedimentos das Corregedorias	252

6

As Corregedorias-Gerais dos Tribunais de Justiça 257

1.	Evolução histórica no Brasil.....	257
2.	A Corregedoria-Geral da Justiça do Tribunal do Paraná.....	260
3.	Classificação dos atos dos Corregedores-Gerais.....	261
4.	Dois corregedores.....	265

7

Procedimentos das Corregedorias-Gerais 271

1.	Intróito	271
1.1.	Classificações	271
1.2.	Investigação preliminar	274
1.3.	Sigilo dos expedientes	275
2.	Pedido de Providências (PP)	278
2.1.	Direito de petição	278
2.2.	Caráter residual.....	279
3.	Consultas.....	280
3.1.	Objeto.....	280
3.2.	Caráter normativo e enunciados.....	281
4.	Representação por excesso de prazo (REP).....	284
4.1.	Legitimidade e interesse	285
4.2.	Qualificação e identificação.....	287
4.3.	Denúncia anônima.....	288
4.4.	Solicitação e reiteração de informações aos magistrados	290
4.5.	Réplica	291
4.6.	Fundamentação	291
4.7.	Hipótese de arquivamento liminar da reclamação disciplinar.....	292
4.8.	Crítérios para aferição da razoável duração do processo.....	294
4.9.	O arquivamento monocrático das representações e o tempo morto	300
4.10.	Obrigatoriedade da comunicação da decisão de arquivamento ao CNJ	304
4.11.	Superveniente normatização no Código de Processo Civil	305
4.12.	Contagem do prazo para fins disciplinares	307
5.	Reclamação Disciplinar (RD).....	309
5.1.	Procedimento	309
5.2.	Solicitação de informações e réplica.....	310
5.3.	Emenda ao pedido inicial.....	310
5.4.	Reclamação contra matéria jurisdicional.....	310
5.5.	Ausência de indicativos de conduta irregular do magistrado	311
5.6.	Reiteração de reclamações disciplinares.....	312
5.7.	Embargos de declaração das decisões de arquivamento	313
5.8.	Recursos contra a decisão monocrática de arquivamento	314
5.9.	O abuso do direito de reclamar.....	316

6.	Sindicância.....	317
6.1.	Prescindibilidade do procedimento.....	317
6.2.	Defesa.....	319
7.	Processo Administrativo Disciplinar (PAD).....	319
7.1.	Breves apontamentos sobre a Resolução nº 135/2011.....	319
7.2.	Princípios.....	322
7.2.1.	Presunção de inocência.....	322
7.2.2.	Contraditório.....	323
7.2.3.	Ampla defesa.....	324
7.2.4.	Devido processo legal.....	325
7.2.5.	Retroatividade da norma mais benéfica.....	327
7.2.6.	Dignidade da pessoa humana.....	328
7.2.7.	Proporcionalidade.....	329
7.2.8.	Publicidade.....	330
7.3.	Defesa prévia.....	331
7.4.	Contagem dos prazos processuais.....	333
7.5.	Quórum para instauração.....	333
7.6.	Hipóteses de afastamento cautelar e provisório de magistrado.....	335
7.7.	Manifestação do Ministério Público.....	341
7.8.	Relatoria.....	342
7.9.	Fase de citação e defesa.....	342
7.10.	Nomeação de advogado dativo.....	342
7.11.	Requisitos da portaria do processo administrativo.....	343
7.12.	Fase de instrução probatória.....	344
7.12.1.	Quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico.....	346
7.12.2.	Prova emprestada.....	347
7.12.3.	Prova documental.....	349
7.12.4.	Prova testemunhal.....	349
7.12.5.	Prova pericial.....	351
7.12.6.	Interrogatório.....	351
7.12.7.	Confissão.....	352
7.13.	Sessão de julgamento.....	353
7.14.	Aposentadoria voluntária superveniente.....	355

8

Penalidades aplicáveis aos magistrados no âmbito administrativo	357	
1.	Advertência.....	358
2.	Censura.....	359
3.	Remoção compulsória.....	360
4.	Disponibilidade.....	363
5.	Aposentadoria compulsória punitiva.....	366
6.	Demissão.....	369
7.	Anotação e exclusão no assentamento funcional.....	371
8.	Controle do processo administrativo disciplinar pelo Poder Judiciário.....	373
9.	TAC (Termo de Ajustamento de Conduta).....	374
9.1.	Mecanismos consensuais de resolução de conflitos.....	374
9.2.	A conciliação disciplinar é utilizada em outros países?.....	378
9.3.	TAC nas Corregedorias-Gerais.....	382

9

Prescrição	393
1. Aspectos gerais da prescrição	393
2. Prazo prescricional no Processo Administrativo Disciplinar contra magistrados	394
3. Necessidade ou não do processo criminal para aplicação dos prazos penais	395
4. Considerações sobre o termo inicial da prescrição	397
5. Prescrição intercorrente da pretensão disciplinar.....	398
6. Imprescritibilidade.....	398

10

O gabinete dos Corregedores-Gerais	401
1. Plano de Gestão Administrativa e Judiciária	401
2. Inventário e acompanhamento dos processos	401
3. Comunicação de reuniões.....	402
4. Plantão das Corregedorias-Gerais.....	402
5. Qualificação interna.....	403
6. Divisão interna das atribuições	403
7. Juízes convocados pelas Corregedorias-Gerais	405

11

Função Fiscalizatória.....	409
1. Considerações Iniciais.....	409
2. Calendário de Correição.....	411
3. Pré-Correição.....	413
4. Modalidades	414
4.1. Correição ordinária.....	414
4.2. Correição extraordinária	414
4.3. Autoinspeção ordinária anual das unidades judiciárias	414
4.4. Inspeção do Conselho Nacional de Justiça nos Tribunais de Justiça.....	416
4.5. Correição presencial e virtual.....	418
5. A atualização e a padronização das Correições.....	420
6. A informatização das Correições	421
7. Atas Correicionais.....	422
7.1. Aspectos gerais de avaliação.....	423
7.2. Aspectos específicos da avaliação.....	424
8. Relatório Reservado (RR).....	425
8.1. Aspectos quantitativos e qualitativos	425
8.2. Objeto principal da avaliação	428
8.3. Itens sopesados nas correições	429
8.4. Seleção dos processos avaliados.....	432
8.5. Mesa do Corregedor e mesa do magistrado.....	433
8.6. Elogio na ficha funcional.....	434
8.7. Entrega pessoal dos relatórios reservados pelo Corregedor-Geral.....	434
8.8. Número anual de unidades judiciárias submetidas a correição.....	435
8.9. Interpretação do conceito de unidade judiciária	437
8.10. Correição dos juízes vitaliciandos.....	438
8.11. Critério para designação dos magistrados submetidos a correição	439
8.12. Correição dos juízes substitutos em segundo grau	440
8.13. Afastamento do magistrado da jurisdição durante a correição	442

8.14. Quantidade de unidades judiciárias.....	442
8.15. Periodicidade das correições.....	443
8.16. Correição devolutiva.....	443
8.17. Prazo para entrega das atas e do relatório reservado.....	444
9. Pós-Correição.....	445
9.1. Responsabilidade pelo cumprimento da ata correcional.....	445
9.2. Publicidade das atas.....	446
10. Delegação de atos.....	446
11. Limites da atividade correcional.....	448
11.1. Infração disciplinar <i>versus</i> entendimento jurídico.....	448
11.2. Sistema de consequências.....	450

12

Função Formadora.....	451
1. Vitaliciamento.....	451
2. O juiz formador.....	457
3. Atribuições.....	458
4. Inovações no Sistema Informatizado do Vitaliciamento.....	463
5. Assunção tardia e lista de antiguidade.....	465

13

Função Orientativa e de apoio.....	467
1. Capacitação jurídico-administrativa.....	467
2. Compilação de jurisprudência do Tribunal Estadual.....	471
3. Publicações.....	471
4. Boletim Informativo Mensal e Relatório Trimestral e Anual.....	471
5. Orientação nos perfis de demandas e ações repetitivas ou predatórias.....	472
6. Força-tarefa e mutirões.....	474

14

Unificação e aprimoramento do sistema correcional.....	479
1. Colégio permanente de corregedores-gerais dos tribunais do Brasil (CCOGE).....	479
1.1. Principais Objetivos.....	479
1.2. Deveres das Corregedorias-Gerais.....	480
1.3. Cartas dos encontros do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais (ENCOGE).....	482
2. Fórum nacional das corregedorias.....	501
2.1. Principais objetivos.....	501
2.2. Fóruns Nacionais das Corregedorias (FONACOR).....	502
Referências Bibliográficas.....	505